

Plano Agrícola e Pecuário 2006/2007

Para vencer os desafios do campo



Ministério da
Agricultura, Pecuária
e Abastecimento



1. A AGRICULTURA EM TRANSIÇÃO

O campo tem um desafio: voltar a ser a locomotiva da economia e grande gerador de empregos, manter os expressivos saldos na balança comercial e continuar promovendo a interiorização do desenvolvimento e a inclusão social. Para isso, conta com o apoio do Plano Agrícola e Pecuário 2006/2007, concebido para auxiliar o produtor a contornar as dificuldades presentes e retomar o processo de crescimento da produção e da competitividade do agronegócio brasileiro.

O Governo Federal está atento aos problemas do setor. A confluência de um conjunto de fatores negativos, como adversidades climáticas, câmbio valorizado, pragas e doenças, elevação de custos de produção e deficiências de infra-estrutura, causou forte impacto sobre a renda e a liquidez do produtor rural.

A incidência da ferrugem asiática nas lavouras de soja, que até a safra 2004/2005 concentrava-se em áreas do Mato Grosso e Goiás, alcançou dimensão nacional em 2005/2006. O custo do tratamento contra a ferrugem é calculado em US\$70 (cerca de 7 sacas) por hectare, considerando-se uma média de 3,5 aplicações. Há regiões que foram obrigadas a realizar quatro, cinco ou seis pulverizações.

O custo do transporte também subiu expressivamente. Dois fatores explicam este aumento: o preço do óleo diesel, que cresceu em média 50% na safra 2005/2006 em relação à estação anterior, e as condições precárias das estradas, principalmente nas regiões mais distantes.

Em consequência desse cenário, muitos produtores encontraram sérias dificuldades para honrar seus compromissos, seja com o sistema oficial de crédito rural ou com fornecedores de insumos, agroindústrias, exportadores e demais financiadores privados do processo produtivo rural.

O Governo Federal adotou uma série de medidas de apoio à comercialização e alongamento de dívidas no momento em que o produtor estava com a safra recém-colhida e com elevados

compromissos financeiros. O Plano Agrícola e Pecuário 2006/2007 é mais uma ação visando a auxiliar o setor a vencer os desafios do momento. O plano pretende construir uma ponte para o futuro, pois parte da premissa de que o agronegócio brasileiro continuará sendo um dos melhores e maiores do mundo.



2. OBJETIVOS GERAIS E INSTRUMENTOS DO PAP 2006/2007

2.1. OBJETIVOS

- Contrabalançar a tendência de queda da área plantada, da redução do padrão tecnológico e conseqüente retração da produção agropecuária;
- Reduzir os riscos de novas crises de liquidez no setor rural;
- Minimizar o impacto da menor produção nas contas externas e afastar a perspectiva de pressão inflacionária dos alimentos;
- Atenuar o impacto negativo da crise agrícola na atividade econômica e nos níveis de emprego e renda.

2.2. INSTRUMENTOS

- Aumento da oferta de recursos do sistema oficial e redução do custo médio efetivo do crédito rural;
- Redução do risco da atividade, mediante estímulos à consolidação da indústria de seguro rural;
- Ênfase no papel da Política de Garantia de Preços Mínimos na sustentação de preços e da renda do produtor rural;
- Estímulo ao emprego de instrumentos privados de financiamento e de proteção de risco em bolsas de mercadorias e de futuros.

3. CRÉDITO RURAL PARA A AGRICULTURA: R\$60 BILHÕES

O Plano Agrícola e Pecuário 2006/2007 prevê a aplicação de R\$60 bilhões no crédito rural (Tabela 1). Para a agricultura comercial, está programada a aplicação de R\$50 bilhões, valor 13% superior ao programado para a safra anterior. Para a agricultura familiar, serão alocados R\$10 bilhões em 2006/2007, ante R\$9 bilhões na safra passada.

No atual Governo, o volume de recursos do crédito rural cresceu 143%, passando de R\$24,7 bilhões na safra 2002/2003 para o montante recorde de R\$60 bilhões, em 2006/2007.

Os recursos para financiar o custeio e a comercialização, que na safra 2002/2003 somaram R\$14,3 bilhões, foram ampliados em 190%. As linhas para financiar os investimentos na agricultura cresceram 71%, comparados aos R\$5,03 bilhões da safra 2002/2003.

3.1. CRÉDITO DE CUSTEIO E COMERCIALIZAÇÃO: MAIS RECURSOS A JUROS MENORES

O produtor rural terá uma taxa média de juros mais baixa no custeio e na comercialização da



safras 2006/2007, por conta do aumento do volume de recursos a taxas controladas.

Serão aplicados em custeio e comercialização, na safra 2006/2007, R\$41,4 bilhões, ou 25% a mais do que na estação anterior. Mas o total de recursos a taxas controladas subirá 44%, chegando a R\$30,1 bilhões, em comparação aos R\$20,9 bilhões programados para a safra 2005/2006. A participação dos recursos a taxas controladas no volume de crédito para custeio e comercialização passou de 63% em 2005/2006 para 73%.

3.2. CRÉDITO DE INVESTIMENTO – REDUÇÃO DA TAXA DE JUROS

Está programada a aplicação de R\$8,6 bilhões nos programas de investimento com recursos do BNDES, fundos constitucionais e outras fontes. A queda da taxa básica da economia permitiu a redução dos juros em três linhas de crédito. Na linha Finame Agrícola Especial, caiu de 13,95% para 12,35%; e no Prodecoop, de 10,75% para 8,75%. No Moderfrota, a redução varia de acordo com a renda bruta anual dos produtores.

Para os que possuem renda bruta anual de até R\$250 mil, os juros caíram de 9,75% para 8,75%. Para os demais, de 12,75% para 10,75%. O limite de corte da renda para efeito de definição do índice, que era de R\$150 mil na safra 2005/2006,

foi elevado para R\$250 mil. Outro ponto importante é que o Moderfrota passa a permitir o financiamento de máquinas usadas.

A integração lavoura-pecuária (ILP) é uma importante ferramenta tecnológica para a recuperação de áreas degradadas ou em fase de degradação e traz uma série de benefícios para produtores, consumidores, meio ambiente e toda a sociedade.

As ações de ILP envolvem os setores público e privado, sob a coordenação do MAPA e suporte técnico-científico da Embrapa. Várias iniciativas estão em andamento: assistência técnica a produtores, treinamento para técnicos, realização de dias de campo, implantação de unidades demonstrativas e monitoramento dos impactos ambientais, econômicos e sociais.

O Governo Federal disponibilizou uma linha de crédito de investimento específica (Prolappec), com recursos do BNDES, para apoiar a implementação das atividades. O orçamento para este ano é de R\$200 milhões. Além disso, continua oferecendo linhas de financiamento a taxas fixas de juros e longo prazo de pagamento na certeza de que o investimento no campo é o caminho para a eficiência, a redução de custos e a agregação de valores na agricultura (Tabela 2).



4. MUDANÇAS NO SISTEMA NACIONAL DE CRÉDITO RURAL

O Governo adotou uma série de ajustes nas normas de funcionamento do Sistema Nacional de Crédito Rural. Entre as principais mudanças estão o aumento dos limites de crédito de custeio e comercialização e a redução das taxas de juros dos programas de investimento.

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES

- Unificação, em 8,75% ao ano, das taxas de juros dos programas de investimento, exceto as do Moderfrota e da Finame Agrícola Especial;
- Redução das taxas de juros do Moderfrota e da Finame Agrícola Especial;
- Autorização do financiamento de tratores e colheitadeiras usados com recursos do Moderfrota;
- Aumento dos limites de crédito de custeio e comercialização por tomador com recursos controlados (Tabela 3);
- Aumento, para R\$300 mil, do limite de crédito com recursos controlados para a soja, em âmbito nacional;
- Aumento, de R\$80 mil para R\$100 mil, do limite de renda para efeito de enquadramento dos produtores no Proger Rural, a juros de 8,0% ao ano;
- Emprego de recursos do MCR 6.2 a juros de 8,75% ao ano para o financiamento de margens de garantia e ajustes diários, bem como do prêmio de contratos de opção em operações em bolsas de mercadorias e de futuros agropecuários;
- Manutenção dos adicionais de limite para tomadores que: já praticarem ou apresentarem plano de recuperação de matas ciliares e reserva legal (15% de adicional), utilizarem sistemas de rastreabilidade na produção pecuária (15% de adicional) e utilizarem mecanismos de proteção de preços – hedge e seguro rural (15% de adicional). Esses três limites são cumulativos, porém limitados a 30%.

5. PREÇOS MÍNIMOS

A despeito do intenso processo de modernização dos instrumentos de política agrícola, iniciado em meados dos anos 90, a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) ainda exerce papel relevante nas decisões de plantio do produtor, principalmente em cenários de preços baixos.

No Plano Agrícola e Pecuário 2006/2007 foram elevados os preços mínimos dos seguintes produtos regionais: juta e malva, sisal, alho e borracha natural. E foram mantidos os preços mínimos da safra anterior para os demais produtos agrícolas.

6. EXPANSÃO DOS NOVOS TÍTULOS DO AGRONEGÓCIO

Os novos títulos financeiros do agronegócio, criados pela Lei nº 11.076, de 30/12/04, já movimentaram R\$654 milhões, com o registro de 516 títulos até abril de 2006, o equivalente a 15% do volume total de crédito de comercialização. A título de comparação, as Cédulas de Produto Rural (CPR), lançadas em 1994, alcançaram R\$600 milhões apenas em 2000, seis anos após estar no mercado, tendo chegado a R\$4,5 bilhões em 2005.

Entre os títulos lançados, a dupla Certificado de Depósito Agropecuário e Warrant Agropecuário (CDA-WA), emitidos simultaneamente e lastreados em produtos depositados em armazéns, foi a mais procurada. Foram registrados R\$367 milhões, com maior concentração de negócios em soja e café. Em seguida estão o milho, tabaco e algodão.

Os Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA) apresentaram bom volume de negociação, com 31 títulos emitidos e R\$150 milhões. Foram registradas 120 Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), equivalendo a R\$137 milhões. A LCA é de emissão exclusiva de instituições financeiras.

O outro título, criado pela Lei nº 11.076, é o Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA), cuja emissão é exclusiva para empresas de securitização de recebíveis.





7. SEGURO RURAL

O PAP 2006/2007 traz cinco alterações na área de seguro rural, conforme o Decreto nº 5.782, de 23/3/06. Uma delas é a ampliação do escopo do programa, de forma a contemplar todas as culturas exploradas pelos produtores rurais com produtos de seguro aprovados pela Superintendência de Seguros Privados. As outras novidades são: a inclusão das modalidades de seguro pecuário, de florestas e aquícola; a elevação dos percentuais de subvenção; a ampliação dos limites financeiros de subvenção; e o aumento do orçamento para execução do programa. Serão destinados R\$42,6 milhões de recursos orçamentários para a subvenção do prêmio de seguro rural contratado pelo produtor, em 2006.

Pelas regras anteriores, apenas oito culturas estavam habilitadas a receber a subvenção do Governo – algodão, arroz irrigado, feijão, maçã, milho, soja, uva de mesa e uva para vinho. Agora, as seguradoras podem desenvolver produtos de seguro para todas as atividades agropecuárias,

contando com percentuais de subvenção que vão de 30% a 60% do prêmio contratado pelo produtor.

Os valores máximos de subvenção ao prêmio, que eram R\$7 mil para culturas periódicas e R\$12 mil para culturas perenes, foram unificados em R\$32 mil. O produtor rural poderá receber subvenção para mais de uma cultura dentro do mesmo grupo, desde que o somatório do benefício não ultrapasse R\$32 mil naquele grupo. O limite de subvenção para as novas modalidades também é R\$32 mil. Dessa forma, o teto anual da subvenção para o produtor diversificado, que era R\$26 mil, foi elevado para R\$192 mil.

As mudanças têm como objetivo a diversificação e a universalização da oferta e da demanda por seguro, princípios básicos da atividade securitária. Atualmente, as contratações de seguro no Brasil estão concentradas no Sul e Sudeste. O Governo Federal espera que as alterações viabilizem a incorporação ao sistema securitário do maior número possível de produtores rurais, principalmente aqueles que operam na região Centro-Oeste e nas fronteiras agrícolas do norte e do nordeste.



8. AGROENERGIA

A opção do Governo de promover a auto-suficiência do País em todos os tipos de combustíveis criará um novo mercado para a agricultura brasileira, em especial para os produtores de cana-de-açúcar e de oleaginosas. Já no primeiro trimestre de 2006, três unidades da Petrobras estarão aptas a produzir o H-Bio, um novo diesel, resultante da mistura de óleo mineral e vegetal, menos poluente e tão eficiente quanto o diesel original.

Conforme cálculos preliminares, a produção inicial de H-Bio significará uma demanda adicional de 1,2 milhão de toneladas de oleaginosas. Os produtores de cana-de-açúcar também serão favorecidos pela decisão de empregar álcool para a produção de energia nas termoeletricas.

Este novo cenário permitirá que o Governo Federal trabalhe para viabilizar a implantação de aglomerados agroenergéticos (*agriclusters*), de modo a ampliar a participação da agricultura na matriz energética brasileira, reduzindo o custo dos combustíveis e seu efeito poluente.

A propósito, nas linhas normais do BNDES existem valores direcionados para o setor sucroalcooleiro, para implantação de lavouras, construção e modernização de usinas e co-geração de energia. Em 2005, foi aplicado R\$1,1 bilhão e está programado R\$1,6 bilhão para 2006.

Estas linhas estão sendo ajustadas para melhor atender a suas finalidades. O prazo de pagamento, que é 30 meses, será ampliado. Além disso, o financiamento de implantação das lavouras era restrito aos produtores ligados a usinas em construção. Esta obrigatoriedade foi eliminada.

9. PLANO EXECUTIVO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA LEGAL

O MAPA lançará, ainda em 2006, o Plano Executivo para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal, composto por três grandes programas, os quais englobam cerca de 10 projetos de ação.

A iniciativa visa à capacitação dos agentes do agronegócio, à promoção sustentável das atividades e à articulação operacional para o desenvolvimento do segmento.



10. MEDIDAS DE APOIO À AGRICULTURA EM 2005/2006

No decorrer da safra 2005/2006 o Governo adotou uma série de medidas de apoio emergencial à agropecuária, com ênfase na comercialização da safra e na prorrogação das dívidas dos produtores com o sistema oficial de crédito e com os fornecedores privados de recursos para o custeio da atividade. A seguir, apresenta-se uma síntese das ações adotadas até meados de maio de 2006.

10.1. APOIO DIRETO À COMERCIALIZAÇÃO – RECURSOS PARA A PGPM

- R\$650 milhões previstos no orçamento de 2006;
- Alocação adicional de R\$1 bilhão, sendo R\$500 milhões em abril e R\$500 milhões em maio;
- Antecipada a liberação de R\$238 milhões para a aquisição de alimentos da agricultura familiar.

10.1.1. Apoio direto à comercialização de soja

- Alocação de mais R\$1 bilhão para sustentar os preços da soja ao produtor, por meio de Prêmio de Risco de Opção Privada (Prop);
- É uma compensação monetária variável, em função do custo do frete. Os principais beneficiários são os produtores mais distantes dos centros de consumo.

10.2. CRÉDITO DE COMERCIALIZAÇÃO – R\$5,7 BILHÕES

- Disponibilidade para aplicação, até 30/6/06, em operações de EGF, LEC e desconto de NPR e DR para produtores rurais, cooperativas e indústrias;
- Desvinculação do limite de financiamento de comercialização do limite de crédito de custeio;
- Elevação do limite de financiamento de comercialização (Resolução Bacen nº 3.362, de 26/4/06).

10.3. PRORROGAÇÃO DE INVESTIMENTO

Crédito de Investimento – R\$7,7 bilhões

- Prorrogadas as parcelas (capital, juros e acessórios) vencidas e a vencer em 2006 para até 12 meses após a última prestação – Resolução Bacen nº 3.364, de 26/4/06:
 - Programas MAPA-BNDES e Finaime Agrícola Especial, Pronaf, Proger Rural, MCR 6-2 (crédito rural) e MCR 6-9 (poupança rural);

- Pedido formal de adesão do produtor até 31/7/06 e formalização de aditivo pelo banco, se necessário, até 30/9/06.
- Produtores cuja renda principal seja originada de algodão, arroz, milho, soja, sorgo ou trigo: prorrogação automática, sem análise caso a caso;
- Fundos Constitucionais: prorrogadas as parcelas de 2005 e 2006.

10.4. PRORROGAÇÃO DE CRÉDITO DE CUSTEIO

10.4.1. Prorrogação das parcelas vencidas e a vencer em 2006, prorrogadas em 2005 por problemas de estiagem (Resolução Bacen nº 3.363, de 26/4/06). Total no Banco do Brasil: R\$2,14 bilhões, com vencimento de R\$530 milhões em 2006:

- Produtores cuja renda principal seja originada de algodão, arroz, milho, soja, sorgo ou trigo: prorrogação automática, sem análise caso a caso;
- Pedido formal de adesão do produtor até 31/7/06 e formalização de aditivo, se necessário, até 30/9/06.

10.4.2. Prorrogação automática de parte dos créditos de custeio da safra 2005/2006, pelo prazo de 4 anos, em parcelas anuais, com a primeira parcela vencendo 12 meses após a data da repactuação. O valor total prorrogado varia em função da região e do produto, com base nos seguintes critérios:

- Soja: prorrogação de 50% nas regiões Sul e Sudeste e 80% nas demais regiões;
- Arroz: prorrogação de 40% em todo o território nacional;
- Algodão: prorrogação de 30% em todo o território nacional;
- Milho: prorrogação de 20% em todo o território nacional;
- Para as parcelas não prorrogadas automaticamente e para os demais produtos, permanece a alternativa de prorrogação caso a caso, conforme MCR 2-6-9.

10.5. REFINANCIAMENTO DE PARCELAS DO PESA, SECURITIZAÇÃO E RECOOP

- Refinanciamento das parcelas do Pesa, Securitização e Recoop, vencidas em 2005 e vencidas e vincendas em 2006, dos produtores que estavam adimplentes até 31 de dezembro de 2004. Realizado com recursos controlados do crédito rural à taxa de 8,75% ao ano, o refinanciamento tem prazo de até 5 anos, incluídos até 2 anos de carência para o pagamento da primeira parcela. O prazo

final para contratação será 29 de dezembro de 2006;

- O Governo propôs a extensão, por até 180 dias, do prazo de cobrança administrativa da dívida vencida do Pesa e Securitização, evitando a inscrição do produtor no Cadin. A extensão do prazo de cobrança administrativa não se aplica às operações passíveis de prescrição nesse período.

10.6. EXPANSÃO DA LINHA FAT GIRO RURAL – R\$4,8 BILHÕES

- O total de recursos disponibilizados para o FAT Giro Rural, atualmente da ordem de R\$2,8 bilhões, foi ampliado em mais R\$2 bilhões, totalizando R\$4,8 bilhões. Já foram empregados, até o momento, cerca de R\$850 milhões. O prazo final para contratação, em todas as modalidades da linha, será 31 de março de 2007;
- Refinanciamento de dívidas dos produtores rurais e cooperativas com fornecedores privados de crédito e com o sistema bancário, relativas às safras 2004/2005 e 2005/2006.

– Linhas existentes:

- FAT Giro Rural Fornecedores de Insumos: taxa de juros de 8,75% ao ano para o produtor rural e de TJLP mais 4% (menos 8,75%) para fornecedores;
- FAT Giro Rural Produtores: TJLP mais até 6% ao ano.
- O Governo propôs ao Codefat alterações nas linhas. O prazo de financiamento será ampliado de até dois anos para até cinco anos, com até dois anos de carência. As operações em curso poderão se enquadrar nos novos prazos;
- Será criada uma nova modalidade, o FAT Giro Rural Indústrias de Insumos e Serviços, destinada à concessão de empréstimos de até R\$1 bilhão para fornecedores de insumos/serviços e cooperativas. Esse empréstimo de capital de giro terá prazo de pagamento de até 15 meses, não podendo ultrapassar 31/10/07;
- Com a criação desta nova modalidade, amplia-se a liquidez dos fornecedores de insumos, inclusive cooperativas, criando condições para que possam reprogramar as dívidas de produtores (pessoas físicas ou jurídicas) referentes ao custeio da safra 2005/2006 e financiar a safra 2006/2007.

10.7. FAT GIRO COOPERATIVO AGROPECUÁRIO – R\$150 MILHÕES

- Linha de financiamento de capital de giro para cooperativas e suas centrais, inclusive gastos administrativos;
- Teto financiável: R\$5 milhões para cooperativas singulares e R\$15 milhões para centrais;
- Taxa de juros: TJLP mais até 8%, de acordo

com o risco calculado para a operação;

- Prazo: até 24 meses.

11. MEDIDAS ESTRUTURAIS

11.1. REFORMULAÇÃO DA POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS

- Para minimizar o impacto do ciclo de preços sobre a renda da agricultura e dar maior previsibilidade e segurança aos produtores na hora do plantio da safra 2006/2007, o Governo introduzirá modificações no funcionamento da política de garantia de preços;
- Uma delas é a realização de leilões sucessivos de Prêmio de Risco de Opção Privada (Prop), realizados, inclusive, antes do plantio da safra. O mecanismo dará mais previsibilidade ao produtor rural quanto ao seu fluxo financeiro futuro;
- O Governo já disponibilizou R\$2,8 bilhões para a política de garantia de preços e sustentação da renda dos produtores em 2007.

11.2. REFORMULAÇÃO DO SEGURO RURAL

Atualmente, o sistema de seguro rural atende apenas a 1% da área plantada, devido à sua complexidade, incipiente inserção das seguradoras e produtores, baixa escala e elevados custos e prêmios. O modelo tem falhas de ordem institucional na estrutura e funcionamento do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural, criado para dar suporte a sinistros catastróficos, mas cujo funcionamento inibe ou mesmo desestimula a participação das próprias seguradoras. No marco legal, o principal problema está na existência de um mercado ressegurador monopolista, o que impede que outras empresas possam ampliar a capacidade financeira e operacional das seguradoras. Para o maior desenvolvimento do seguro rural no País, o Governo propôs um novo sistema de garantia do seguro rural. Também entende que é prioridade a tramitação do projeto de lei que promove a abertura do mercado de resseguros no Brasil.

11.2.1. Criação do Sistema de Garantia do Seguro Rural

- O Governo enviará ao Congresso Nacional um projeto de lei criando um novo sistema de garantia ao seguro rural contra eventos catastróficos. O objetivo é incentivar a participação de forma

eficiente das seguradoras. A gestão financeira e operacional do mecanismo será privada, eliminando assim restrições hoje existentes ao pagamento das indenizações;

- O Governo Federal dará suporte financeiro a esse novo sistema, transferindo, via subvenção pública, os recursos necessários para a sua operação regular, bem como disponibilizando uma garantia suplementar para fazer frente a eventuais catástrofes não cobertas pelo sistema.

11.2.2. Priorização da Votação do PL de Abertura do Mercado de Resseguros

- O Governo Federal priorizará a tramitação, no Congresso Nacional, do Projeto de Lei Complementar nº 249/05, que abre o mercado de resseguros. Com a atuação de novos resseguradores, será ampliado o nível de cobertura, com possibilidade, inclusive, de inserção no Brasil de novas tecnologias e instrumentos hoje disponíveis no exterior. Além disso, a possibilidade de acesso direto pelas seguradoras à capacidade de resseguro internacional também permitirá uma ampliação no leque de opções disponíveis, dando margem a uma maior oferta de produtos de seguro ao produtor rural.

11.2.3. Medidas de curto prazo

O Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) analisará, propostas de alteração das regras de funcionamento do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR). As mudanças visam a conferir maior agilidade na operacionalização do fundo, propiciando uma garantia mais equilibrada para as seguradoras, já a partir do novo ciclo agrícola, que se inicia em julho. Destacam-se as propostas de redução do prazo para que as sociedades seguradoras possam apresentar seu plano de operações ao gestor do fundo, e de mudanças na modelagem de acesso das seguradoras ao fundo, incentivando desde já a sua maior participação.

11.3. INCENTIVO À POUPANÇA DOS PRODUTORES RURAIS

Além dos instrumentos de gerenciamento de risco (seguro e mercados futuros), o Governo entende ser necessário o incentivo a soluções intra-setoriais no segmento agrícola. Assim, está em fase final estudo da criação de um novo instrumento de proteção contra oscilações de

renda. Tal mecanismo tem como objetivo incentivar o produtor rural a acumular recursos em períodos de bons resultados, para eventual utilização em momentos de situação adversa. Esse instrumento terá tratamento tributário favorecido, similar ao aplicado ao regime da previdência complementar, e poderá ser resgatado sem incidência de impostos em casos de catástrofe. Também poderá ser combinado ao seguro rural, permitindo a neutralização de seus prejuízos. Países como Austrália, Canadá e Estados Unidos implementaram modelos similares com o objetivo de estabilizar, ao longo dos anos, a renda do produtor rural.

11.4. EXTENSÃO DO REGIME DE DRAWBACK PARA TODOS OS PRODUTOS DO AGRONEGÓCIO

O drawback possibilita a isenção de impostos na importação de matérias-primas desde que o produto final seja exportado. Atualmente, apenas frutas, algodão, camarão, carne de frango e carne suína gozam dessa isenção. O MAPA submeterá à Câmara de Comércio Exterior (Camex) proposta de aplicar a todos os produtos do agronegócio o benefício do regime de drawback.

11.5. ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA PARA OS TÍTULOS DO AGRONEGÓCIO

Serão isentos de Imposto de Renda (IR) os rendimentos auferidos por pessoas físicas em títulos agrícolas, tratamento semelhante ao atualmente concedido aos títulos imobiliários. Com isso, o Governo incentiva um instrumento moderno, que alinha o agronegócio ao mercado de capitais, abrindo um importante canal de financiamento da produção e comercialização rural. Tal isenção já foi aprovada pelo Congresso Nacional (MP nº 280), em fase de sanção presidencial.

Em síntese, o Plano Agrícola e Pecuário 2006/2007, aliado às medidas recentes de apoio ao setor, procura garantir uma transição para 2007 e os anos seguintes. Nesta linha, o plano é uma ponte entre os dois anos difíceis (2005 e 2006) para parcela importante da agricultura brasileira e o futuro, que certamente será marcado pela retomada do crescimento. Se, por um lado, há o desafio de vencer as adversidades do momento, por outro, os números do mercado mundial e as estimativas para o agronegócio brasileiro fazem desse desafio uma grande oportunidade.

Brasília, 25 de maio de 2006.

ANEXOS

TABELA 1. CRÉDITO RURAL: VALORES PROGRAMADOS POR LINHAS DE FINANCIAMENTO – SAFRAS 2005/2006 E 2006/2007 (R\$ MILHÕES)

Fonte de Recursos e Programas	2005/2006 (a)	2006/2007 (b)	Variação % (b/a)
1. Custeio e Comercialização	33.200	41.400	25
1.1. Juros Controlados	20.900	30.100	44
1.1.1. Recursos Obrigatórios (8,75% a.a.)	15.200	20.400	34
1.1.2. Poupança Rural (8,75% a.a.)	4.000	8.000	100
1.1.3. Proger Rural (8,0% a.a.)	700	700	0
1.1.4. Funcafé (9,5% a.a.)	1.000	1.000	0
1.2. Juros Livres	12.300	11.300	-8
1.2.1. Poupança Rural	5.000	6.000	20
1.2.2. Recursos Livres (demais bancos)	2.300	2.300	0
1.2.3. CPR – Aval/Compra (Banco do Brasil)	5.000	3.000	-40
2. Investimento	11.150	8.600	-23
2.1. Moderfrota	5.500	3.000	-45
2.2. Finame Agrícola Especial	500	200	-60
2.3. Proger Rural (8,0% a.a.)	100	100	0
2.4. Demais Programas BNDES	3.050	3.100	2
2.4.1. Moderagro	1.200	1.200	0
2.4.2. Moderinfra	700	500	-29
2.4.3. Prodefruta	200	150	-25
2.4.4. Prodeagro	300	500	67
2.4.5. Propflora	100	100	0
2.4.6. Prodecoop	550	450	-18
2.4.7. Prolapex	–	200	–
2.5. Fundos Constitucionais	2.000	2.200	10
3. Agricultura Comercial – Total	44.350	50.000	13
4. Agricultura Familiar	9.000	10.000	11
5. Total	53.350	60.000	12

Fonte: SPA-MAPA.

TABELA 2. PROGRAMAS DE INVESTIMENTO PARA A SAFRA 2006/2007 (R\$ MILHÕES)

Programa	Programado Safra 2005/2006	Programado Safra 2006/2007	Limite de Crédito por Operação (R\$ mil)	Encargos Financeiros (% a.a.)	Prazo Máximo (anos)	Principais Itens Financiáveis
Prodefruta ¹	200	150	200	8,75	8	Investimentos fixos e semifixos relacionados com implantação ou melhoramento de espécies frutíferas e em projetos de agregação de valor.
Moderagro	1.200	1.200	200	8,75	5	Correção de solos, adubação verde, conservação de solos, recuperação de pastagens, sistematização de várzeas e adequação ambiental.
Prodeagro ¹	300	500	200	8,75	5 ⁵	Investimentos fixos e semifixos relacionados com floricultura, ovinocaprinocultura, aquíicultura, apicultura, suinocultura, avicultura, sericultura, pecuária leiteira e implementação de sistemas de rastreabilidade de bovinos e bubalinos.
Moderinfra ¹	700	500	600	8,75	8	Investimentos fixos e semifixos direcionados à agricultura irrigada e à instalação e modernização de armazéns nas propriedades rurais.
Prodecoop	550	450	35.000 ²	8,75	12	Investimentos fixos e semifixos destinados às estruturas cooperativas, visando a agregação de valor à produção agropecuária.
Propflora	100	100	150	8,75	12	Investimentos fixos e semifixos destinados ao plantio e produção comercial de florestas, recomposição de reserva legal e produção de madeira para queima na secagem de grãos.
Moderfrota	5.500	3.000	100% ³	8,75 ⁴	5	Tratores agrícolas, implementos associados, colheitadeiras e equipamentos para beneficiamento de café, tratores e colheitadeiras usados.
			90% ³	10,75	6	
Prolapec	–	200	300 ⁶	8,75	5	Investimentos fixos, semifixos e custeio associado no âmbito de projetos de sistemas de integração de agricultura com pecuária.
Proger Investimento	100	100	48	8,00	8	Investimentos fixos e semifixos destinados a pequenos produtores.
Finame Agrícola Especial	500	200	–	12,35	5	Máquinas e equipamentos, inclusive para beneficiamento de algodão, frutas, sementes, pescados, entre outros (exceto os financiáveis no Moderfrota); manutenção ou recuperação de tratores agrícolas; e aquisição de aviões de uso agrícola
Total	9.150	6.400				

Notas:

1 Limites para contratação coletiva: Prodefruta (R\$600 mil), Prodeagro (R\$600 mil) e Moderinfra (R\$1,8 milhão).

2 Pode ser ampliado em até 100%, desde que o adicional seja em empreendimentos da cooperativa em outras unidades da Federação ou no âmbito de cooperativa central.

3 Do valor do bem financiado.

4 Renda bruta anual de até R\$250 mil.

5 Prazo de até 8 anos para investimentos destinados à suinocultura e avicultura.

6 O limite pode ser elevado para até R\$345 mil, para o beneficiário que comprovar a existência de reservas legais e de área de preservação permanente.

Fontes: MAPA/SPA, MF e BNDES.

**TABELA 3. LIMITES DE CRÉDITO DE RECURSOS CONTROLADOS
POR PRODUTOR¹ (R\$ MIL)**

Cultura/produto	2005/2006	2006/2007 ²
Algodão	500	500
Amendoim	200	250
Arroz de sequeiro	200	250
Arroz irrigado	400	400
Café	140	200
Cana-de-açúcar	100	200
Feijão sequeiro	200	250
Feijão irrigado	400	400
Fruticultura	200	250
Mandioca	200	250
Milho ³	400	400
Soja (CO, N, sul do MA, sul do PI e BA-sul)	200	300
Soja (demais regiões)	150	
Sorgo sequeiro	200	250
Sorgo irrigado	400	400
Trigo sequeiro	200	250
Trigo irrigado	400	400
Pecuária bovina e bubalina	120	140
Avicultura e suinocultura não integradas	60	120
Avicultura em regime de integração	15	20
Suínos e perus, em regime de integração	22,5	30
Investimentos, demais custeios e comercialização	60	80

Notas:

1 Para as operações de EGF, o limite é sempre o de sequeiro, mesmo quando se tratar de produto oriundo de cultivos irrigados.

2 Limites adicionais para tomadores que: já praticarem ou apresentarem plano de recuperação de matas ciliares e reserva legal (15% de adicional), utilizarem sistemas de rastreabilidade na produção pecuária (15% de adicional) e utilizarem mecanismos de proteção de preços – *hedge* e seguro rural (15% de adicional), cumulativos, porém limitados a 30%.

3 Os limites do milho e do custeio pecuário (no caso de utilização de sistema de produção integrado lavoura-pecuária) independem dos financiamentos obtidos em outras culturas.

TABELA 4. PREÇOS MÍNIMOS – SAFRAS DE VERÃO E DE PRODUTOS REGIONAIS 2006/2007 E DAS REGIÕES NORTE E NORDESTE 2007 – PRODUTOS AMPARADOS POR AGF E EGF

Produtos	Unidade da Federação/Regiões Amparadas	Tipo/Classe e Básico	Unidades	Preço Mínimo (R\$/unid.)			Início de Vigência
				2005/2006	2006/2007	Variação (%)	
Algodão em Pluma	Sul, Sudeste (exceto MG) e BA-sul	Tipo 41.4 SLM Cód. 35	15kg	44,60	44,60	–	fev/2007
	Centro-Oeste e MG	Tipo 41.4 SLM Cód. 35	15kg	44,60	44,60	–	abr/2007
	Norte e Nordeste (exceto BA-sul)	Tipo 41.4 SLM Cód. 35	15kg	44,60	44,60	–	jun/2007
Arroz longo fino em casca	Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste (exceto MT)	Tipo 1-58/10	50kg	22,00	22,00	–	fev/2007 ¹
	Norte e MT	Tipo 2-55/13	60kg	20,70	20,70	–	fev/2007 ¹
Arroz longo em casca	Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste (exceto MT)	Tipo 3-39/41	60kg	11,13	11,13	–	fev/2007
	MT e TO	Tipo 3-39/41	60kg	10,75	10,75	–	fev/2007
	Norte (exceto RR e TO)	Tipo 3-39/41	60kg	10,12	10,12	–	fev/2007
	RR	Tipo 3-39/41	60kg	10,12	10,12	–	set/2006
Cera de carnaúba	Nordeste	Tipos 3 e 4	kg	3,10	3,10	–	ago/2006
Farinha de mandioca	Sul, Sudeste e Centro-Oeste	Fina T3	50kg	15,00	15,00	–	jan/2007
	Norte e Nordeste	Único	50kg	17,00	17,00	–	fev/2007
Fécula de mandioca	Sul, Sudeste e Centro-Oeste	2-B	kg	0,44	0,44	–	jan/2007
Goma/Polvilho	Norte e Nordeste	Classificada	kg	0,44	0,44	–	fev/2007
Feijão	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e BA-sul	Tipo 3	60kg	47,00	47,00	–	nov/2006
	Norte e Nordeste (exceto BA-sul)	Tipo 3	60kg	47,00	47,00	–	jan/2007
Feijão macaçar	Norte e Nordeste	Tipo 3	60kg	33,10	33,10	–	jan/2007
Juta/Malva embonecada	Todo o território nacional	Tipo 2	kg	0,92	0,97	5,43	fev/2007
Juta/Malva prensada	Todo o território nacional	Tipo 2	kg	1,08	1,13	4,63	fev/2007
Mamona em baga	Norte, Nordeste, GO, MT, MG e SP	Único	60kg	33,56	33,56	–	jul/2006
Milho	Sudeste, PR, BA-sul, sul do MA e sul do PI	Único	60kg	14,00	14,00	–	fev/2007
	SC e RS	Único	60kg	14,00	14,00	–	jan/2007
	Centro-Oeste (exceto MT)	Único	60kg	14,00	14,00	–	fev/2007
	MT, AC e RO	Único	60kg	11,00	11,00	–	fev/2007
	Norte (exceto AC, RO e TO) e Nordeste (exceto BA-sul, sul do MA e sul do PI)	Único	60kg	16,00	16,00	–	jun/2007
	TO	Único	60kg	16,00	16,00	–	fev/2007
Sisal	BA, PB e RN	SLG	kg	0,96	0,99	3,13	ago/2006
Sorgo	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e BA-sul	Único	60kg	9,80	9,80	–	fev/2007
	Norte e Nordeste (exceto BA-sul)	Tipos 1, 2 e 3	60kg	11,20	11,20	–	jun/2007

Nota:

1 Áreas irrigadas das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste: set/2006; MS, PR, SC e SP: jan/2007.

TABELA 5. PREÇOS MÍNIMOS – SAFRAS DE VERÃO E DE PRODUTOS REGIONAIS 2006/2007 E DAS REGIÕES NORTE E NORDESTE 2007 – PRODUTOS AMPARADOS POR EGF

Produtos	Unidade da Federação/ Regiões Amparadas	Tipo/Classe e Básico	Preço Mínimo (R\$/unid.)			Início de Vigência
			2005/2006	2006/2007	Variação (%)	
Algodão em caroço	Sul, Sudeste (exceto MG) e BA-sul	15kg	13,40	13,40	–	fev/2007
	Centro-Oeste e MG	15kg	13,40	13,40	–	abr/2007
	Norte e Nordeste (exceto BA-sul)	15kg	13,40	13,40	–	jun/2007
Alho	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste	kg	1,89	2,00	5,82	ago/2006
Amendoim	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste	25kg	16,10	16,10	–	dez/2006
Borracha natural	Todo o território nacional	kg	1,00	1,14	14,00	fev/2007
Caroço de algodão	Sul, Sudeste (exceto MG) e BA-sul	15kg	2,37	2,37	–	fev/2007
	Centro-Oeste e MG	15kg	2,37	2,37	–	abr/2007
	Norte e Nordeste (exceto BA-sul)	15kg	2,37	2,37	–	jun/2007
Castanha-de-caju	Norte e Nordeste	kg	1,00	1,00	–	jul/2006
Castanha-do-pará com casca	Norte	hl	40,00	40,00	–	jan/2007
Castanha-do-pará beneficiada (amêndoa)	Norte	kg	1,90	1,90	–	jan/2008
Casulo de seda	PR e SP	kg	3,80	3,80	–	set/2006
Girassol	Sul, Sudeste e Centro-Oeste	60kg	17,61	17,61	–	nov/2006
Guaraná	Norte, Nordeste e Centro-Oeste	kg	5,65	5,65	–	ago/2006
Leite	Sul e Sudeste	litro	0,38	0,38	–	out/2006
	Centro-Oeste (exceto MT)	litro	0,36	0,36	–	out/2006
	Norte e MT	litro	0,33	0,33	–	dez/2006
	Nordeste	litro	0,38	0,38	–	mar/2007
Milho pipoca	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e BA-sul	kg	0,44	0,44	–	fev/2007
Pó cerífero	Nordeste	kg	3,10	3,10	–	ago/2006
Raiz de mandioca	Sul, Sudeste e Centro-Oeste	tonelada	54,00	54,00	–	jan/2007
	Norte e Nordeste	tonelada	60,00	60,00	–	fev/2007
Soja	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e RO	60kg	14,00	14,00	–	fev/2007
	Norte e Nordeste (exceto RO)	60kg	13,00	13,00	–	fev/2007

**TABELA 6. PREÇOS MÍNIMOS PARA SEMENTES – SAFRAS DE VERÃO
E DE PRODUTOS REGIONAIS 2006/2007 E DAS REGIÕES NORTE
E NORDESTE 2007 (R\$/KG)**

Produto	Início de vigência	UF/Regiões amparadas	Grão	Fiscalizada	Certificada/Básica
Algodão	fev/2007	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e BA-sul	0,1580	0,6517	0,6892
	jun/2007	Norte e Nordeste (exceto BA-sul)	0,1580	0,7914	0,8504
Amendoim	dez/2006	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste	0,6440	2,0468	2,4064
Arroz longo fino	fev/2007	Todo o território nacional	0,4400	0,7720	0,8324
Arroz longo	fev/2007	Todo o território nacional	0,1855	0,5120	0,5460
Feijão	nov/2006	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e BA-sul	0,7833	1,3249	1,4952
	jan/2007	Norte e Nordeste (exceto BA-sul)	0,7833	1,4235	1,6621
Feijão macaçar	jan/2007	Norte e Nordeste	0,5517	0,9248	1,0081
Girassol	nov/2006	Sul, Sudeste, Centro-Oeste	0,2935	8,4885	9,9767
Juta/Malva	fev/2007	Todo o território nacional	-	4,5052	-
Milho híbrido	fev/2007	Sudeste, PR, BA-sul, sul do MA e sul do PI	0,2333	1,3430	1,3860
	jan/2007	SC e RS	0,2333	1,3430	1,3860
	fev/2007	Centro-Oeste (exceto MT)	0,2333	1,4451	1,4914
	fev/2007	MT, AC e RO	0,1833	1,3865	1,4309
	jun/2007	Norte (exceto AC, RO e TO) e Nordeste (exceto BA-sul, sul do MA e sul do PI)	0,2667	1,3212	1,3635
	fev/2007	TO	0,2667	1,3212	1,3635
Milho variedade	fev/2007	Sudeste, PR, BA-sul, sul do MA e sul do PI	0,2333	0,7287	0,7693
	jan/2007	SC e RS	0,2333	0,7287	0,7693
	fev/2007	Centro-Oeste (exceto MT)	0,2333	0,7841	0,8278
	fev/2007	MT, AC e RO	0,1833	0,7523	0,7942
	jun/2007	Norte (exceto AC, RO e TO) e Nordeste (exceto BA-sul, sul do MA e sul do PI)	0,2667	0,7964	0,8516
	fev/2007	TO	0,2667	0,7964	0,8516
Soja	fev/2007	Todo o território nacional	0,2333	0,4971	0,5367
Sorgo híbrido	fev/2007	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e BA-sul	0,1633	1,1618	1,1901
	jun/2007	Norte e Nordeste (exceto BA-sul)	0,1867	1,0538	1,0869
Sorgo variedade	fev/2007	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e BA-sul	0,1633	0,5646	0,5881
	jun/2007	Norte e Nordeste (exceto BA-sul)	0,1867	0,6277	0,6645

TABELA 7. REGISTRO DE OPERAÇÕES COM OS NOVOS TÍTULOS DO AGRONEGÓCIO

Título	Títulos Registrados	Valor (R\$ milhões)
Certificado de Depósito Agropecuário (CDA) e Warrant Agropecuário (WA)	365	367
Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA)	31	150
Letra de Crédito do Agronegócio (LCA)	120	137
Total	516	654

Fontes: BM&F e Cetip.

TABELA 8. PERCENTAGENS DE SUBVENÇÃO AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL PARA O ANO DE 2006

Modalidade de seguro	Atividade agropecuária	Percentual de subvenção
Agrícola	Feijão, milho segunda safra e trigo	60
	Algodão, arroz, aveia, canola, centeio, cevada, milho, soja, sorgo e tritcale	50
	Maçã e uva	40
	Abacaxi, alface, alho, ameixa, amendoim, batata, berinjela, beterraba, café, cana-de-açúcar, caqui, cebola, cenoura, couve-flor, figo, girassol, goiaba, kiwi, laranja, limão e demais cítricos, morango, nectarina, pepino, pêra, pêssego, pimentão, repolho, tomate e vagem	30
Pecuário		30
Florestal		30
Aqüícola		30

TABELA 9. GRUPOS DE ATIVIDADE E LIMITE FINANCEIRO DA SUBVENÇÃO AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL EM 2006

Modalidade de seguro	Atividade agropecuária	Limite (R\$ mil)
Agrícola	Aveia, canola, cevada, centeio, milho segunda safra, sorgo, trigo e tritcale	32
	Abacaxi, alface, algodão, alho, amendoim, arroz, batata, berinjela, beterraba, cana-de-açúcar, cebola, cenoura, couve-flor, feijão, girassol, milho, morango, pepino, pimentão, repolho, soja, tomate e vagem	32
	Ameixa, café, caqui, figo, goiaba, kiwi, laranja, limão e demais cítricos, maçã, nectarina, pêra, pêssego e uva	32
Pecuário		32
Florestal		32
Aqüícola		32

Ministério da
Agricultura, Pecuária
e Abastecimento

